



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM ALAGOAS NAS FÁBRICAS DE TECIDO ENTRE 1930 E 1970

EDUCACIÓN INFANTIL EN ALAGOAS EN LAS FÁBRICAS DE TEJIDOS
ENTRE 1930 Y 1970

CHILDHOOD EDUCATION IN ALAGOAS AT FABRIC FACTORIES
BETWEEN 1930 AND 1970

Aline da Silva Ferreira Aderne
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
aline.ferreira@progep.ufal.br

Lenira Haddad
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
lenirahaddad@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta os principais modos de educação da infância de 0 a 6 anos de idade em fábricas de tecido que se estabeleceram em Alagoas entre meados do século 19 e início do século 20. A existência de creches e jardins de infância nas indústrias têxteis é mencionada nos relatos orais, mas não se tem acesso a documentos, tampouco há informações sistematizadas. O percurso metodológico, pautado na história oral, envolveu a busca de informantes por meio da técnica de *Snowball* e a realização de entrevistas a figuras que compõem essa história, além de pesquisa documental. Expõe um breve panorama universo fabril-têxtil alagoano composto por 13 fábricas de tecido e apresenta a história da educação da infância em quatro dessas fábricas situadas em três municípios alagoanos: Delmiro Gouveia, Maceió e Rio Largo, abrangendo o período de 1930 a 1970. Fica evidente que essas fábricas ofertaram a educação de crianças de 0 a 6 anos por meio de creches e jardins de infância muito antes de a educação infantil ser uma política municipal regulamentada.

Palavras-chave: Creche. Jardim de infância. História.

Resumen: Este artículo presenta las principales modalidades de educación infantil de 0 a 6 años en las fábricas de tejidos, que se establecieron en Alagoas entre mediados del siglo 19 y principios del siglo 20. En los informes orales se menciona la existencia de guarderías y jardines infantiles en las industrias textiles, pero no se tiene acceso a documentos, ni hay información sistematizada. El camino metodológico, basado en la historia oral, implicó la búsqueda de informantes a través de la técnica Bola de Nieve, y la realización de entrevistas a figuras que componen esta historia, además de la investigación documental. Expone un breve panorama del universo textil-fábrica alagoano compuesto por 13 fábricas de tejidos y presenta la historia de la educación infantil en cuatro de estas fábricas ubicadas en tres municipios de Alagoas: Delmiro Gouveia, Maceió y Rio Largo, abarcando el período de 1930 a 1970. Es evidente que estas fábricas ofrecían la educación de niños de 0 a 6 años a través de guarderías y jardines de infancia mucho antes de que la educación infantil fuera una política municipal reglamentada.

Palabras clave: Guardería. Jardín de infancia. Historia.



Abstract: This article presents the main modes of early childhood education from 0 to 6 years old in fabric factories, which were established in Alagoas between the mid-19th century and the beginning of the 20th century. The existence of day care centers and kindergartens in the textile industries is mentioned in the oral reports, but there is no access to documents, nor is there systematized information. The methodological path, based on oral history, involved the search for informants through the Snowball technique, and conducting interviews with figures that make up this history, in addition to documentary research. It exposes a brief overview of the Alagoan textile-factory universe composed of 13 fabric factories and presents the history of childhood education in four of these factories located in three municipalities in Alagoas: Delmiro Gouveia, Maceió and Rio Largo, covering the period from 1930 to 1970. It is evident that these factories offered the education of children from 0 to 6 years old through day care centers and kindergartens long before early childhood education was a regulated municipal policy.

Keywords: Day care center. Kindergarten. History.

Introdução

A presença algodoeira é antiga no Nordeste e remonta aos povos indígenas, que fabricavam redes, cordas e vestimentas para o uso cotidiano. Contudo, o algodão só ganhou importância comercial no fim do século 18, depois de transcorridos pouco mais de dois séculos de colonização (CARVALHO, 2021).

Entre o fim do século 19 e o início do século 20, acompanhando a implementação da industrialização no Brasil, surgem as primeiras fábricas têxteis em Alagoas. A chegada dessas fábricas representava “[...] a efetivação do sonho da industrialização e uma alternativa concreta, para Alagoas, ao monopólio açucareiro que acompanhou toda a sua trajetória” (TENÓRIO; LESSA 2013, p. 42). Os impactos eram sentidos numa perspectiva econômica, política e cultural.

O início dessa nova etapa da vida alagoana, embora em escala aquém do desejado, começou a oferecer possibilidades de trabalho, uma condição de vida menos feudal a camadas mais modestas da população. As primeiras unidades, que depois não chegariam a duas dezenas em seu total, causariam alvoroço nas cidades onde seriam instaladas, com pais inscrevendo seus filhos, mães cuidando da aparência e do vestuário de suas filhas para que conseguissem trabalhar e obter uma vida melhor. As oportunidades de serviço sacudiam a população das pequenas cidades (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 42).

A Sociedade Anônima Companhia União Mercantil, fundada em 31 de janeiro de 1857, em Fernão Velho, deu início à atividade industrial em Alagoas. A iniciativa partiu de José Antônio de Mendonça, grande empreendedor alagoano, também conhecido como barão de Jaraguá, que tinha por objetivo produzir tecidos e similares. “O maquinário era movido por uma roda hidráulica que se utilizava da água represada em dois açudes” (PAIVA FILHO, 2013, p. 26).



Em 1876, “[...] a fábrica União Mercantil já manufaturava tecidos de primeira qualidade” e, dois anos depois, “[...] possuía uma tinturaria, produzia panos para o ensacamento dos mais diversos gêneros, e em menor escala, lençóis, redes e brins” (MOREIRA, 2018, p. 9). Segundo Tenório (2013, p. 43), dez anos antes da abolição da escravatura no Brasil, a fábrica produzia tecidos para roupa de escravos, com a “[...] mão de obra de 74 trabalhadores, inclusive de 12 aprendizes e 9 meninos órfãos”. A Companhia União Mercantil posteriormente recebeu o nome de Fábrica Carmen e ao longo dos anos foi propriedade de diferentes famílias. Instalada por José Antônio de Mendonça e outros sócios, foi adquirida pela família Machado em 1891; pela família Leão em 1937; e, por último, pela família Othon Bezerra de Melo em 1943, período em que teve o posto de maior indústria têxtil do Estado de Alagoas.

A Fábrica Cachoeira da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos foi a segunda indústria têxtil implantada em Alagoas. Iniciou seus trabalhos em 15 de outubro de 1890, dois anos depois de instalada. Para abrigar seus 265 operários, a diretoria tinha por meta a construção de cem residências, e em 30 de janeiro de 1892, “[...] a vila operária já contava com 84 moradias de tijolos e telhas, afora outras quatro casas em construção” (PAIVA FILHO, 2013, p. 34). Inicialmente, a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos era formada pela Fábrica Cachoeira, situada às margens do rio Mundaú, em Maceió. Posteriormente, passou a conglomerar as fábricas Progresso Alagoano, em Rio Largo, Vera Cruz, em São Miguel dos Campos e Santa Margarida, em Maceió.

A construção da ferrovia, inaugurada em 3 de dezembro de 1894, também foi fator determinante para a instalação de indústrias nas imediações daquele núcleo industrial e em toda a região servida por seus trilhos, que baratearam os custos de produção (PAIVA FILHO, 2013). A via férrea também extinguiu o comércio pelas vias fluviais e trouxe o progresso

[...] para as cidades e regiões circunvizinhas atingidas pelo seu traçado e, em contrapartida, fez decair paulatinamente aquelas outras não beneficiadas, antes verdadeiros centros comerciais em franca ascensão, como eram as cidades do Pilar e Santa Luzia do Norte (PAIVA FILHO, 2013, p. 30).

Em suas primeiras décadas de existência, essas fábricas dependiam exclusivamente da força hidráulica. Dessa forma, elas foram instaladas próximo dos cursos de água, para que utilizassem a força motriz hidráulica e o transporte fluvial nas margens ou nas águas de um lago. Por volta de 1910, Delmiro Gouveia obteve as concessões para a construção da Usina Hidrelétrica de Angiquinho, em Paulo Afonso, que lhe dava o direito de explorar as terras próximas e total isenção de impostos. Assim surgiu a Companhia Agro Fabril Mercantil, mais conhecida como Fábrica de Linhas da Pedra, fundada em 1913 e inaugurada no ano seguinte, no sertão de Alagoas. A fábrica era “[...] movida pela força hidráulica da cachoeira de Paulo Afonso, no rio São Francisco” (PAIVA FILHO, 2013, p. 26).



Embora o açúcar e o algodão sofressem oscilação em suas safras em decorrência das condições climáticas e da oferta de preços do exterior, o algodão tinha vantagem em relação ao açúcar, pois, em razão dos seus ciclos, o açúcar condicionava os canaviais a uma entressafra que paralisava o trabalho nas usinas durante seis meses. Em consequência, havia queda dos lucros e, de tempos em tempos, diminuição dos salários e dos trabalhadores e aumento na produção, como uma forma de compensar o período em que as usinas paravam. No caso do algodão, sua durabilidade depois da colheita era bem maior, o que possibilitava seu estoque nos armazéns das próprias empresas. Ao contrário das usinas, as fábricas não passavam por um processo anual de paralisia produtiva na entressafra, e os salários eram melhores (TENÓRIO; LESSA, 2013).

Desse modo, a indústria algodoeira expandiu-se por meio de 13 fábricas desse ramo fundadas entre meados do século 19 e do século 20 e localizadas nos municípios alagoanos de Maceió, Santa Luzia do Norte, Rio Largo, Pilar, Penedo, São Miguel dos Campos, Delmiro Gouveia e Piaçabuçu, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Fábricas têxteis localizadas em Alagoas entre meados do século 19 e início do século 20

Fábrica	Fundação	Local
Companhia União Mercantil (posteriormente Fábrica Carmem)	1857	Maceió
Fábrica Cachoeira (posteriormente Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos)	1888	Santa Luzia do Norte
Fábrica Progresso (posteriormente Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos)	1890	Rio Largo
Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos	1892	Pilar
Companhia Industrial Penedense	1898	Penedo
Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas	1906	Maceió
Fábrica de Rendas e Bordados	1909	Pilar
Fábrica Alexandria	1911	Maceió
Companhia de Fiação e Tecidos São Miguel Sebastião Ferreira	1913	São Miguel dos Campos
Fábrica de Fiação Santa Margarida	1914	Maceió
Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil	1914	Delmiro Gouveia
Fábrica Vera e Cruz do Cotonifício Nogueira	1925	São Miguel dos Campos
Fábrica Marituba do Cotonifício Gonçalves	1949	Piaçabuçu

Fonte: Autor (2020, p.81).



Posteriormente, a Fábrica Cachoeira, localizada em Santa Luzia do Norte, e a Fábrica Progresso passaram a compor a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos. Essas fábricas expandiram-se gradativamente, impulsionando o comércio e o aumento populacional nas áreas onde foram implantadas. A classe operária incluía homens, mulheres e crianças (CARVALHO, 2021; TENÓRIO; LESSA, 2013). Somente em 1937 a Constituição Federal corrigiria essa situação com a “[...] proibição de trabalho a menores de catorze anos; de trabalho noturno a menores de dezesseis, e, em indústrias insalubres, a menores de dezoito anos e a mulheres” (BRASIL, 2012, Art. 137 k, p. 86). A referida Constituição também estabelecia, no artigo 129, como “[...] dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados” (p. 82).

Em meio a esse contexto que engloba o crescente desenvolvimento industrial bem como o recrutamento de mulheres nas indústrias e fábricas, é criado o Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cujo Artigo 389 dispõe sobre a instalação de berçário para trabalhadoras em fase de amamentação de seus filhos:

§ 1.º – Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação (Incluído pelo Decreto-Lei n.º 229, de 28.2.1967) (BRASIL, 1943, Art. 389).

Mais adiante, a Constituição Federal de 1946 define, no artigo 168, inciso III, que “[...] empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes” (BRASIL, 1946, p. 88). Anos depois, a Lei n.º 4.440 de 1964 institui o “salário-educação” pelas empresas vinculadas à Previdência Social (BRASIL, 1964). O salário-educação correspondia ao custo do ensino primário dos filhos dos seus empregados em idade de escolarização obrigatória e destinava-se às despesas públicas com a educação elementar.

A literatura aponta a presença de creches em fábricas e indústrias na virada do século 19 para o século 20, como a creche da Companhia de Fiação e Fábrica de Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro, inaugurada em 1899 e considerada a primeira creche de que se tem registro para atender aos filhos e filhas das operárias. Outros exemplos são a Vila Operária Maria Zélia, fundada em 1918, em São Paulo, e a Indústria Votorantim, em 1925, em Sorocaba (KUHLMANN JR., 1998, 2015).



Em Alagoas, a existência dessas instituições nas indústrias têxteis é mencionada nos relatos orais, mas não se tem acesso a documentos, tampouco há informações sistematizadas. Na verdade, há uma ausência quase total de informações a respeito do que foi oferecido às crianças de 0 a 6 anos antes da Constituição de 1988, o que impulsionou a iniciativa da identificação, localização e caracterização dessas instituições em pesquisa de doutorado (AUTOR, 2020).

Este artigo apresenta um recorte dessa pesquisa mais ampla, apresentando os resultados da história da educação da infância em quatro fábricas de tecido situadas em três municípios alagoanos: a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, em Rio Largo; a Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil, em Delmiro Gouveia; a Fábrica Carmem; e a Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, em Maceió, abrangendo o período de 1930 a 1960.

Caracterizado como um início de sistematização de informações sobre a história da educação da infância em Alagoas, este estudo pretende contribuir para a construção da história da educação da infância no Brasil com as particularidades dessa região brasileira.

Metodologia

A geração de dados para essa pesquisa reuniu uma série de estratégias metodológicas, que pode ser dividida em dois momentos. O primeiro deu origem a um levantamento geral de informações e foi possibilitado inicialmente pela técnica *Snowball*, ou Bola de Neve, uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede (VINUTO, 2014) para buscar pessoas ou situações capazes de fornecer informações referentes a determinado fato. O objeto da pesquisa foi divulgado para pessoas amigas, familiares, colegas de trabalho e conhecidos, por meio de conversas informais, pessoalmente, e-mails, ligações e mensagens via WhatsApp. Essas pessoas eram indagadas se conheciam lugares que atendiam a crianças de 0 a 6 anos no Estado de Alagoas antes de 1988 e, em caso positivo, se poderiam indicar professoras que atuaram nessas instituições em turmas com crianças nessa faixa etária. Conforme se obtinha retorno desses contatos, essas professoras foram contatadas por meio de ligações e mensagens via WhatsApp, informadas de que se tratava a pesquisa e convidadas para participar de uma entrevista. O roteiro da entrevista contemplou aspectos relacionados com a história de vida das entrevistadas, bem como a origem, a organização, o funcionamento e as possíveis mudanças das instituições ao longo dos anos. Baseada fundamentalmente na história oral (MONTENEGRO, 1993;



NORA, 1993; THOMPSON, 2002), por meio de entrevistas com figuras que fizeram parte dessa história, essa etapa da pesquisa gerou o agrupamento de sete lugares com possibilidades de oferecer a educação da infância: usinas de cana-de-açúcar; fábricas e indústrias; hospitais; instituições religiosas; universidades; escolas-parque; grupos escolares.

Em busca de evidências sobre a existência e a história dessas instituições, foi realizada pesquisa documental no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), no Arquivo Público de Alagoas e na Biblioteca Nacional, além de leis e resoluções da Assembleia Legislativa Provincial de Alagoas de 1886, o Regulamento do Instituto de Assistência e Proteção à Infância em Alagoas de 1931, o “Almanaque do Ensino do Estado de Alagoas” (ALAGOAS, 1937) e o Decreto n.º 546/1906. A Biblioteca Central da Ufal também foi consultada para o levantamento das produções realizadas nos cursos de graduação e programas de pós-graduação, especialmente nas áreas de Educação e Serviço Social.

O segundo momento voltou-se especificamente para a história da educação da infância nas fábricas e usinas de cana-de-açúcar, aprofundando os dados gerados na primeira etapa referente a esses dois lugares. Para tanto, a pesquisa de campo ganhou intensidade, envolvendo entrevistas e visitas a esses locais. A pesquisa foi novamente divulgada entre pessoas amigas, familiares, colegas de trabalho e conhecidos, dessa vez tendo dando enfoque apenas em fábricas de tecido e usinas de cana-de-açúcar.

No que diz respeito especificamente às fábricas têxteis, objeto deste artigo, a primeira indicação foi a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos em Rio Largo, a respeito da qual foi encontrado no *YouTube*, uma plataforma de compartilhamento de vídeos, um vídeo intitulado “Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos”, por William Gericke (1940), e localizada uma professora da creche da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos em Rio Largo. Em uma das visitas ao IHGAL, estava presente Arnaldo Paiva Filho, neto de Gustavo Paiva, que dirigiu a Cia. e é autor de um dos livros utilizados nessa pesquisa. Além de fornecer detalhes a respeito da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, indicou pistas referentes a duas outras fábricas de tecidos: a Fábrica Vera e Cruz do Cotonifício Nogueira e a Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, ambas pertencentes à família Nogueira. Também forneceu o contato de um dos antigos proprietários dessas fábricas, João Nogueira Júnior.

A segunda indicação foi a Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, por meio de um vídeo encontrado no *YouTube* intitulado “Conheça as ruínas da fábrica de tecidos de Saúde”, produzido por Jesiael Rocha (2019), que apresenta as ruínas da antiga fábrica e o que resta da Vila Operária. O produtor foi contatado, mas se revelou apenas um admirador do local, sem fornecer mais dados.



A conversa com João Nogueira rendeu informações e a indicação de um senhor que ainda trabalhava nas propriedades da Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas como vigilante. Com essa indicação, o distrito de Saúde foi visitado e lá foi possível identificar os prédios onde funcionaram a casa-grande, a creche, o grupo escolar e a igreja. Por meio de outras indicações foi possível chegar a duas irmãs que atuaram na creche, uma como cuidadora e outra como mãe operária com filhos matriculados.

A identidade das professoras entrevistadas foi revelada na pesquisa e neste artigo, considerando o papel do sujeito na história (FERREIRA; AMADO, 2016). Segundo Joutard (2000, p. 33), a força da história oral é “[...] dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos”, uma vez que cada indivíduo é ator da história.

Das 13 fábricas têxteis localizadas, somente em quatro foram localizadas evidências de oferta de creche e/ou jardim de infância, que serão apresentadas a seguir.

A educação da infância nas fábricas têxteis alagoanas

a) A educação da infância na Companhia União Mercantil

A Companhia União Mercantil, que passou a ser chamada de Fábrica Carmem, fundada em 1857 no distrito de Fernão Velho, foi uma das primeiras no Brasil e a pioneira no Estado de Alagoas.

A Companhia fornecia aos operários e às operárias moradia, assistência médica, assistência educacional e lazer. Entre seus feitos estão uma maternidade, o Jardim Infantil Maria Auxiliadora, o Grupo Escolar São José, um cinema e um espaço para a realização de festas e eventos, conhecido como “Recreio Operário”.

O conhecimento da história da educação da infância nessa instituição foi possível graças a relatos de pessoas que viveram essa história, como moradores da região, uma professora que atuou no Jardim Infantil, Yeda Maria Carlos, de 62 anos, casada, natural de Maceió e formada em Magistério, e um antigo funcionário, que atuava como gerente da fábrica, Carlos de Freitas, casado, 73 anos.

Segundo o senhor Carlos de Freitas (2019), a empresa estava distribuída em um amplo território de Maceió até Rio Largo: “Aqui [Fernão Velho], o Tabuleiro era da fábrica, o Clima bom era da fábrica, Santos Dumont 1, 2, 3 eram da fábrica, a propriedade chegava até o aeroporto”.

Não há registro de existência de creche para os filhos de operários. Também não se tem conhecimento exato do período em que o Jardim Infantil Maria Auxiliadora foi fundado.



O senhor Carlos relata que em 1976, quando ingressou na fábrica, o Jardim Infantil já existia e recebia crianças com idade de 4 a 6 anos. Segundo ele, a instituição era destinada às crianças dos empregados e empregadas: “Quem trabalhasse na fábrica, indistintamente, tinha direito de estudar, inclusive meus filhos”. Ele acredita que a criação da instituição foi motivada por um dos proprietários, o coronel, descrito como alguém “[...] muito ligado à cultura: ele era um homem de formação, e eu acredito que foi ele quem deu o pontapé inicial”.

No entanto, de um texto que trata de Fernão Velho no blog História de Alagoas (TICIANELLI, 2016a), consta um comentário de um seguidor do blog que indica a existência desse jardim de infância na década de 1940:

Caros companheiros,
Nasci em Fernão Velho aos 11 dias do mês de dezembro de 1942, portanto há quase 75 anos, e fui para o Rio de Janeiro aos 14 anos incompletos para morar com um tio, irmão de minha mãe. Meu pai trabalhou no escritório da Fábrica Carmen. Lembro-me bem da cidade de Fernão Velho, ruas calçadas, arborizadas, limpas, a praça, o **Jardim de Infância, que frequentei**, e Grupo Escolar São José, onde estudei o primário, a Igreja de São José, a Fábrica Carmen e os operários, que trabalhavam por turno, o Cinema S. José, o Ambulatório, a feira aos sábados etc. Lembro-me também do Recreio e do outro local, no lado oposto, onde eram realizados jogos. A cidade era muito bem tratada, bem como os funcionários da fábrica.

Segundo a entrevistada Yeda, que iniciou as atividades como professora em 1979, o nome do jardim infantil escolhido foi em homenagem à esposa de um dos proprietários, e a instituição era destinada aos filhos e filhas, netos e netas de funcionários da fábrica, para possibilitar o trabalho das mães.

Não havia seleção para o ingresso dessas crianças e, no caso das maiores, “[...] nem todos estudavam lá, porque existiam também aqueles que procuravam escolas particulares para colocar ou então outras escolas, porque lá existia a Escola Padre Cabral” (Yeda, 2019). A instituição era vinculada somente à fábrica, e as famílias eram isentas de qualquer contribuição, pagamento ou mensalidade: “Elas só contribuía na época natalina, em datas comemorativas, elas participavam. No Dia das Crianças, fazíamos um desfile. A gente dizia como a criança devia vir fantasiada disto e daquilo, faziam um motivo”.

Para ser professora da instituição, ainda conforme Yeda (2019), era necessário que houvesse uma indicação. Uma vez indicada, prossegue, a interessada ia conversar com a professora Iraci: “Ela fazia assim, conversava com a gente. Eu fui com outra pessoa, eu fiquei, e a pessoa não ficou”. A professora relata que era muito amiga da filha do dono da fábrica, Mônica, “[...] ela morava aqui e eu fazia as unhas da mãe dela; eu fiz unhas por muito tempo. Essa moça indicou, disse ao pai dela que eu ensinava particular e para ir para lá” (Yeda, 2019).



Ainda segundo a entrevistada Yeda (2019), as crianças eram distribuídas em quatro turmas: 1.º e 2.º períodos pela manhã (4 e 5 anos) e duas turmas de alfabetização à tarde (6 anos). Eram 30 crianças por turma: “O [número] mínimo que eu tive numa salinha foram 28 crianças, o mínimo. Acho que não queriam pagar a muitos professores”. Na época, não contavam com auxiliar de sala, “[...] se a criança fizesse cocô ali ou precisasse de alguma coisa, a gente é que ia fazer”.

A rotina incluía reza, músicas e atividades. Os materiais utilizados envolviam a confecção de dobraduras, recortes, massinha de modelar, pintura com tinta guache, trabalhos individuais e em equipe. A diretora, que era católica, valorizava alguns costumes com a equipe:

Rezávamos e depois que rezávamos cantávamos a musiquinha do dia, aí pedia ao papai do céu para proteger papai, mamãe, as tias, e depois fazia a rotina toda, e eles ficavam sentadinhos, e nós começávamos a programação da aula. Aí começavam os assuntos (Yeda, 2019).

As atividades eram expostas posteriormente e apreciadas pelas famílias a convite da escola. As crianças permaneciam na instituição em tempo parcial; havia duas turmas pela manhã e duas à tarde, de 4 e de 5 anos (1.º e 2.º períodos), respectivamente. A relação entre a equipe e as famílias era considerada muito boa, repleta de parceria, dedicação e respeito. Entre os eventos que a instituição organizava anualmente, estavam incluídas as datas: Dia das Crianças, Dia do Índio, São João e Natal. Nessas ocasiões, as crianças usavam indumentárias especiais nas dramatizações e apresentações (como quadrilha e presépio), para a apreciação das famílias e da comunidade.

As professoras não recebiam formação; as informações eram buscadas por elas e pela gestão, e livros eram doados pela Casa do Colegial; informa Yeda: “Sabe o que é que ele fazia? Pronto, eu digo como foi. Ele chegava lá para apresentar, porque eles iam às escolas para apresentar aquela coleção”.

Os representantes para apresentar, para a gente adotar o livro, no caso. Mas terminou, às vezes eu não gosto, eu prefiro meu jeito de ensinar tradicional BA, BE, BI, BO, BU, vamos trabalhar no caderno, aí escrevia, era um trabalho danado para escrever (Yeda, 2019).

Ao que parece, o relato refere-se à oferta de livros didáticos de alfabetização. Quanto ao espaço, a professora faz referência ao quadro negro, “mais ou menos do tamanho da criança” e às mesinhas, onde ficavam quatro crianças. Menciona os trabalhos que eram feitos no “mimeógrafo na fábrica” e as “tarefinhas” que eram feitas com frequência. Comenta que a princípio as professoras eram supervisionadas de perto e, conforme se desenvolviam, passavam a desfrutar maior liberdade.



A equipe era composta por quatro professoras, uma diretora que também atuava como professora e a zeladora, que “[...] ia buscar o lanchinho para as crianças e trazia pão com leite, trazia o lanchinho, mas era mais pão com manteiga e leite, era mais o lanche de lá”.

Imagem 1 – Turma do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, 1965



Fonte: Acervo pessoal de Carla Regina Lins Santos.

Imagem 2 – Turma do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, 1973



Fonte: Evocando Fernão Velho¹.

O Jardim Infantil Maria Auxiliadora foi extinto no início da década de 1990. Anos depois, a Fábrica Carmem também foi fechada.

b) A educação da infância na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos

A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, localizada em Rio Largo, surgiu mediante a junção de duas fábricas, a Fábrica Cachoeira, na época, instalada em Santa Luzia do Norte, e a Fábrica Progresso, em Rio Largo. Durante muitos anos, essa instituição esteve aos cuidados de Gustavo Paiva Filho, também conhecido como “comendador do povo” em razão de suas benfeitorias. Filho de um português e uma brasileira, Gustavo Paiva nasceu no Brasil, no Estado da Paraíba, mas retornou a Portugal durante sua infância, onde permaneceu até os 18 anos de idade.

O conhecimento da história da educação da infância nessa instituição foi possível graças a relatos de duas pessoas e um documentário encontrado no YouTube. As pessoas são: a professora Antônia Lopes da Silva, aqui referida por Dona Antônia, uma senhora de 90 anos, viúva, natural de Rio Largo e, ao que tudo indica, a única professora viva daquela época que atuou no Jardim Infantil; e o neto de Gustavo Paiva Filho, Arnaldo Paiva Filho. O documentário, intitulado “Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos”, foi produzido em 1940 por William Gericke.

William Gericke foi um cineasta paulista que, segundo Coelho e Espíndola (2020),

¹ <https://www.facebook.com/groups/evocandofernaovelho/>.



[...] percorreu o Brasil durante as primeiras décadas do século XX, vendendo seus documentários para prefeitos e grandes empresas nas cidades retratadas, dirigindo, produzindo e filmando sozinho a maioria dos seus documentários, destacando sempre as ideias acerca do progresso por meio do trabalho e estruturas modernas.

Alagoas fez parte de seu itinerário, e o documentário produzido na década de 1940 representa uma importância inestimável da memória da vila operária do Rio Largo. Mostra Rio Largo como a primeira cidade industrial de Alagoas, com grandes áreas asfaltadas, residências modernas e população de milhares de famílias que, quase na sua totalidade, eram funcionárias da fábrica. Humberto Paiva, Luiz Calheiros, Luiz Jardim Filho e Gustavo Paiva Filho, este último esteve à frente da fábrica, são algumas das figuras citadas no filme. Destaques são dados à igreja católica e aos meios de diversão, como cinema e uma grande piscina, e ao restaurante com capacidade para 500 pessoas, moderno e rigorosamente higienizado. Os serviços empreendidos por Gustavo Paiva destacados são: o Grupo Escolar que recebe o nome do comendador, com várias centenas de alunos; uma banda de música feminina; uma banda de música masculina; um corpo de bombeiros e um jardim de infância para crianças filhas de operários e operárias da fábrica. Um separador anuncia o Departamento de Saúde, modernamente aparelhado para suprir todas as necessidades de seus operários. São destacados: a ambulância, uma sala de raios X, um laboratório de análise e pesquisa, e por último a creche, construída com capacidade para cem crianças, “[...] cuidadas por enfermeiras diplomadas, que zelam pela saúde dessas crianças”.

Graças ao documentário de William Gericke somos agraciadas com as imagens da creche e do jardim de infância. O Jardim de Infância é apresentado em menos de 1 minuto, no intervalo de 7’47” a 8’13”, depois da apresentação da banda de música feminina e do Corpo de Bombeiros. As crianças estão sentadas ao redor de mesas e se alimentam. Há três visitantes homens na sala, todos vestidos de terno e gravata. Uma mulher vestida de branco auxilia uma das crianças. É possível observar cinco mesas com sete crianças em cada mesa, vestidas de aventais sobre as suas vestimentas. Aparentemente, essas crianças têm faixa etária variada, possivelmente de 3 a 6 anos. A sala está decorada no alto com papel de parede com motivos infantis, veem-se duas estantes cobertas, que parecem ser cortinas, e um espelho adaptado para as crianças. Acima do espelho, vê-se uma faixa com a frase: “Cuidando da criança: Trabalhamos pela Pátria”; à frente desse espelho, há uma mesa de professor. Uma foto com esse mesmo cenário, com os visitantes presentes, foi localizada no Museu Histórico de Rio Largo.

A creche aparece aos 9’32”, por mais de um minuto, finalizando o documentário, compondo a seção do Departamento de Saúde, depois de mostrar as salas de exames de raios



X e o laboratório de análise de pesquisa e de ciência. Nas imagens, veem-se os berços pareados e enfileirados ocupando toda a extensão de uma sala ampla; nesses berços estão bebês e crianças bem pequenas, que aparentam ter no máximo 18 meses e todos estão usando fraldas. As enfermeiras, uniformizadas e usando touca, circulam entre os berços.

Imagem 3 – Creche da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos entre 1945 e 1950



Fonte: Acervo pessoal de Arnaldo Paiva Filho

Imagem 4 – Jardim Infantil da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos entre 1945 e 1950



Fonte: Museu Histórico de Rio Largo

Infelizmente, não foi possível localizar nenhuma dessas enfermeiras, pois, segundo informações, todas já faleceram. No entanto, os relatos de Dona Antônia sobre o Jardim de Infância mencionam a creche em alguns momentos. Ela explica: “Na creche, era enfermeira. No Jardim Infantil é que era professora, [...]; as enfermeiras é que trabalhavam lá na creche”.

Era só a creche, depois teve jardim infantil, depois da creche, depois de muitos anos. Os operários trabalhavam e não podiam ter uma pessoa para tomar conta. Então, fizeram a creche para toda mãe que trabalhasse; deixavam as crianças lá na creche às 5h da manhã, elas pegavam às 6h. Tinha várias moças que ajudavam, tomavam conta da creche lá (Dona Antônia, 2019).

De acordo com Dona Antônia, essas enfermeiras eram funcionárias da fábrica, e “[...] elas trabalhavam na farmácia, aí fizeram a creche e botaram as enfermeiras para lá. Tinha enfermeira que aplicava injeção, tinha outras que trabalhavam com médicos, eram assistentes dos médicos, e tinha aquelas da creche” (Dona Antônia, 2019).

Ainda segundo Dona Antônia, o Jardim de Infância, ao qual se refere como jardim Infantil, foi fundado em meados de 1940, possivelmente uma década depois da criação da creche: “Quando eles botaram o colégio, botaram logo o Jardim Infantil também, eram o Colégio e o Jardim Infantil”. Conforme a entrevistada, sua criação visava receber as crianças que frequentavam a creche: “Da creche, ficava maiorzinho, saía e ia para o Jardim Infantil, que era de 5, 6 até 7 anos. Eles eram filhos dos operários, os filhos dos operários que frequentavam a creche, só os filhos dos operários”.



Observa-se que a entrevistada se confunde em relação à idade das crianças do jardim de infância, se mais velhas, mas novas ou misturadas. Entre as imagens mostradas no documentário e o depoimento da entrevistada, vê-se uma lacuna na idade das crianças entre a creche e o jardim de infância.

De acordo com Dona Antônia (2019), as crianças do jardim de infância ficavam aos cuidados de moças que estudavam no Grupo Escolar e, na maioria, faziam parte da banda de música feminina: “Meninas da banda que ele [Senhor Edgar] botava para trabalhar lá na creche; quando terminava os estudos, ia trabalhar”. Essas meninas não possuíam magistério, ingressavam a partir dos 15 e 16 anos, como foi o caso da entrevistada: “Ele chamou todas elas para trabalhar, ficou todo mundo trabalhando; umas trabalhavam no Jardim Infantil e outras chegavam e ficavam logo no Grupo Escolar”.

O critério para que essas crianças ingressassem na creche e no jardim de infância era que fossem filhas de operário ou operária. De início, frequentavam a creche, depois o jardim de infância e posteriormente o Grupo Escolar Gustavo Paiva.

No Jardim infantil era filho dos operários e a creche também, a mãe ia trabalhar de manhãzinha e deixava os filhos na creche, tudo pequenininho, de braço. Da creche, já ia para o Jardim Infantil, do Jardim Infantil, já ia para o grupo escolar, era assim. Era muito bom. Quem estudava no colégio, quando chegava no fim do ano, ganhava roupa, ganhava brinquedo (Dona Antônia, 2019).

Dona Antônia prossegue informando que todos os anos a fábrica disponibilizava fardas [uniformes] e brinquedos para as crianças. No caso das fardas, a produção ficava a critério da própria fábrica: “A fábrica fazia, e no fim do ano eles cortavam a quantidade das fardas e davam às crianças tudinho, as fardas a cada um, um pacotinho”.

As crianças, segundo a entrevistada, permaneciam o dia todo na creche e no jardim de infância, que correspondia à jornada de trabalho das mães, que trabalhavam os dois horários na fábrica. No caso da creche, “Quando elas levavam de manhã lá na creche tudo encolhidinho, tudo arrumadinho, tudo agasalhado, deixavam na creche e iam trabalhar. Ali tinha mamadeira, tinha sopinha, tinha tudo, faziam para eles” (Dona Antônia, 2019). Em se tratando do jardim de infância, a entrevistada menciona que cerca de 30 crianças o estavam frequentando.

Elas ficavam das 6h da manhã até as 6h da noite, até quando a mãe chegasse do trabalho, porque as mães pegavam das 6h na fábrica aí largavam do meio-dia para almoçar e voltavam para trabalhar, só largavam às 6h da noite. As crianças tiravam um cochilinho depois do almoço, tinha o espaço onde colocavam os colchõezinhos, e ficavam deitadas ali (Dona Antônia, 2019).



Não havia divisão de turmas ou de faixa etária do Jardim Infantil, continua: “[...] era uma sala para todas as crianças, todas na sua mesinha com seu banquinho”; todas elas ocupavam o mesmo espaço: “Ficavam tudo junto, porque tinha aquelas mesinhas, quadradinhas com os banquinhos, as cadeirinhas desse tamanho assim, e quando elas chegavam, sentavam todas nas cadeirinhas”.

De acordo com Dona Antônia (2019), as crianças não ficavam limitadas a essa sala, também saíam para brincar fora das salas do Jardim Infantil: “Elas saíam para brincar nessa parte de lado, mas no Jardim Infantil mesmo; elas brincavam, depois vinham para cá”. A rotina de trabalho priorizava as brincadeiras.

As atividades eram desenvolvidas em roda: “A gente cantava, fazia oração quando eles chegavam, cantava quando ia sair; quando as mães iam chegando, eles iam saindo e elas iam pegando e iam embora. A gente só saía quando não tinha mais nenhum”.

De lá, quando eles saíam, iam para a cartilha, de 6 anos e de 7, a alfabetização, depois que eles estavam bem alfabetizados, quando já liam algumas coisinhas, iam para o primeiro ano. No Jardim Infantil não tinha negócio de livro, quando iam para a cartilha, era que eles começavam a estudar, era no grupo escolar. O Grupo Escolar já recebia as crianças depois da cartilha (Dona Antônia, 2019).

Essa cartilha remete às classes de alfabetização existentes no passado, que foram abolidas com a publicação da primeira edição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 1999).

Dona Antônia não se recorda se havia alguma abordagem educacional na época em que norteava o trabalho desenvolvido no Jardim Infantil. Também não se lembra se havia momentos de planejamento ou de formação para a equipe de professoras que atuava com as crianças. A relação das docentes com as crianças e as famílias, segundo a entrevistada, era muito boa.

Com o tempo, a creche e o jardim de infância foram desativados. Não se sabe ao certo o período em que isso ocorreu. Do legado da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, no âmbito da educação, resta a Escola Doutor Gustavo Paiva.

c) A educação da infância na Fábrica da Pedra

A Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil foi fundada em 1914 pelo cearense Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, no povoado da Pedra, alçado ao município que leva seu nome, Delmiro Gouveia, com o desenvolvimento da região.

Assim como Gustavo Paiva, Delmiro Gouveia fundou uma vila operária, a Vila da Pedra, assim chamada por ter sido constituída em meio a grandes rochas. O povoado surgiu



ao redor de uma estação da estrada de ferro construída pela companhia inglesa *Great Western*. Delmiro Gouveia se estabeleceu na região em 1903, vendendo couros e pele de animais, mas seu trabalho se expandiu em diversos campos e contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da cidade. Dentre seus feitos, destacam-se o fornecimento de energia elétrica, por meio da inauguração da usina hidrelétrica de Angiquinho, em 1913, a primeira do Nordeste, e a Companhia Agro Fabril Mercantil, em 1914, uma fábrica de linhas e fios.

O empresário foi tragicamente assassinado em Pedra, Alagoas, em 10 de outubro de 1917. Depois da sua morte, a fábrica de linhas permaneceu em operação sob o comando de diversos grupos empresariais.

Segundo Ticianeli (2016b), a vila operária, que passou a ser conhecida como a Pedra de Delmiro, possuía telégrafo, telefone, tipografia, capela, cinema, lavanderias, fábrica de gelo, grandes armazéns de depósitos e escola para crianças e adultos. Os habitantes não pagavam pela água e pela luz consumidas, mas, para isso, não podiam portar armas nem consumir bebidas alcoólicas e seriam multados caso jogassem lixo nas ruas. As casas apresentavam quatro cômodos e um alpendre largo na frente. Em 1938, criou-se o distrito com o nome de Pedra. Em 1945, a vila passou a se chamar Delmiro Gouveia.

Não foram encontradas evidências da existência de creches na vila operária, apenas de um jardim de infância, hoje conhecido como Escola Natércia Serpa de Menezes, mas sem documentos que atestem o ano da sua fundação. Relatos de entrevistados indicam a década de 1960, mas essa informação ainda precisa ser confirmada.

O conhecimento da história dessa instituição foi possível graças ao trabalho de Petrúcia Maria Oliveira, uma professora de 66 anos, casada, natural de Delmiro Gouveia, formada em Magistério, Pedagogia e em Metodologia Científica. Ela relata que o nome da escola foi uma homenagem a uma professora da cidade, da Vila da Pedra, mãe do Dr. José Serpa de Menezes, duas vezes prefeito de Delmiro. O público-alvo era prioritariamente filhos e filhas do operariado. Entretanto, também recebiam, em menor escala, crianças da comunidade.

Não havia seleção para as crianças ingressarem na escola, de modo que todas as famílias que recorressem à instituição tinham suas crianças matriculadas: “Bastava identificar-se com o crachá do pai ou a identidade do pai. Alguma coisa que identificasse que o pai era de lá”. Também não havia cobrança de mensalidade ou de alguma taxa, pois a fábrica arcava com todas as despesas. Segundo a professora Petrúcia (2019), a iniciativa da oferta da escola não surgiu ao acaso, e sim por reivindicação do Ministério da Educação (MEC):



Eles liberaram o que chamava, que eu não sei se hoje ainda existe, salário-educação. Era um recurso que era destinado a escolas mantidas por fábricas, usinas. Eles tiveram, e também obrigavam as empresas, as fábricas que tinham, e usinas, mais... uma quantidade que eu não sei, não lembro mais, meu pai me dizia, quantidades x de operários, aí tinha a obrigação de abrir a escola.

Essa professora se refere ao “salário-educação”, instituído pela Lei n.º 4.440 de 1964, que arcava com o ensino primário dos filhos dos seus empregados em idade de escolarização obrigatória e com as despesas públicas com a educação elementar: “Já existia esse salário-educação, então destinavam uma parte dos recursos para ajudar a fábrica a manter a escola”. E continua: “Era uma determinação, se não fosse, eles nunca teriam aberto” (Petrúcia, 2019). A vinculação era entre a fábrica e o MEC por meio do salário-educação. As famílias não contribuía com nada além da fardinha, que só adquiriam porque compravam e passavam para o aluno.

Inicialmente, foram ofertadas duas turmas de jardim de infância por turno para crianças a partir dos 4 anos. Conforme relatos da professora Petrúcia, essas turmas permaneciam na escola em tempo parcial (pela manhã ou à tarde): “Espaço tinha. Só não tinha aluno a princípio. Depois foi que a cidade foi crescendo, apareceram mais crianças e estenderam as turmas, ampliaram”. Eram duas turmas por turno, organizadas à medida que as demandas chegavam: “Tem pais que queriam no horário da tarde, porque à tarde estavam ocupados, não tinham com quem deixar, aí não podia ser por idade, mas como quem procurava só era aquela faixa de 4 e 5 anos...” (Petrúcia, 2019).

Ela fala de um planejamento semanal: “Sentávamos às sextas-feiras e planejávamos”. Como não havia coordenador na época, desse momento participavam as professoras e a direção, fato que a professora entrevistada considera uma dificuldade. Por outro lado, a equipe contava com a contribuição das professoras mais experientes, que tinham passado por outras cidades, como Paulo Afonso, Bahia.

Na opinião da entrevistada, a maior dificuldade relacionava-se com a formação: “Esse era o ‘nó’, porque não tinha, por exemplo, a preocupação de trazer professores de fora; nem tinha capacitação, não tinha nada” (Petrúcia (2019). A carga horária das professoras da escola era de 20 horas semanais.

Sobre a rotina das crianças, “[...] a princípio, quando chegavam, cantavam aquelas músicas do bom-dia, cumprimentando professores e colegas, rezavam e ninguém nem atinava que havia crianças filhas de pais evangélicos; até os evangélicos rezavam”, informa Petrúcia (2019). A professora recorda que esses momentos envolviam canções, brincadeiras e “[...] tinha o momento de ir para a mesinha para poder fazer trabalho de pintura,



completar figuras, trabalho de educação visual; faziam as atividades auditivas, a motora” (Petrúcia, 2019).

Para compor o quadro docente da escola, não havia uma seleção, bastava ter concluído o magistério. Um fato interessante é a forma como as professoras eram chamadas: jardineiras: “Elas tinham uma roupinha também diferente. A fardinha delas era fardinha de roupa de jardineira mesmo”.

Desde a época do magistério, os professores falavam sobre esse termo. Até a professora de prática de ensino dizia que foi criada por Maria Montessori. Os professores eram tidos como jardineiras. Eu dizia “por que jardineira? Não é jardim”, aí disse, além de ser uma escola jardim de infância, não é jardim de verdade. Não, as crianças para ela, para Maria Montessori, eram tidas como flores, por isso a professora é quem cuidava das flores... E lá em Delmiro chamavam as jardineiras. “Oh fulano, ela trabalha onde? Ela é jardineira” (Petrúcia 2019).

Apesar de a entrevistada referir-se à Montessori, sabe-se que foi Froebel quem designou essa expressão para as educadoras dos jardins de infância criados por ele. Além das professoras, conhecidas como jardineiras, a equipe contava com o pessoal de apoio, que eram responsáveis pela limpeza e pela merenda (duas por turno), e uma diretora, que atuava nos dois horários. Os vigias eram encarregados da fábrica. A relação com as crianças era considerada maternal “de andar no colo, de brincar”:

Era agradável. Quando estavam assim dengozinhas, umas diziam que “quero ver minha mãe”, botava no colo, brincava, batia palmas com ela, botava brinquedo, tinha o cantinho dos brinquedos, a brinquedoteca lá no cantinho. Tipo uma brinquedoteca que não era nem esse nome. O cantinho do brinquedo, a gente sentava no chão e brincava com ela (Petrúcia 2019).

Segundo a professora Petrúcia, a relação com as famílias não era diferente, pois o trabalho realizado pela equipe da instituição tinha o reconhecimento da comunidade: “Éramos muito bem reconhecidas, porque, primeiro, era um trabalho diferente que surgiu numa comunidade que há pouco tempo era chamada de vila”. Ela acredita que havia reconhecimento e respeito por parte da instituição, que homenageava as professoras todos os anos no Dia do Professor, e por parte das famílias: “Tinha aquele amor, aquele carinho ‘o meu filho falou o fim de semana todinho, meu filho gosta tanto de você. Oh, professora, você nem sabe como a gente gosta de você” (Petrúcia, 2019).

Entre os eventos organizados na escola, estava o Dia das Crianças. A princípio, havia um desfile na própria escola, e os pais eram convidados a assistir ao evento de acordo com sua disponibilidade: “Eles faziam apresentações lindas, encenavam pecinhas de teatros, *sketch* eram pequenas peças. Então faziam pequenas encenações, recitavam poesia”. Esses momentos causavam emoção nas famílias que iam prestigiar. Afirma ainda a profes-



ra que “O mais bonito e que todo mundo esperava era o Dia das Crianças. Então, depois passou a desfile na rua, porque nem todos os pais podiam ir, e na rua está trabalhando numa loja e podia ver seu filho”.

A escola funcionava em uma casa de família adaptada, onde hoje funciona a Casal. Era um espaço amplo, “[...] a fábrica mandou procurar uma casa. Ela tinha uma área descoberta para brincar muito grande. Ainda hoje, quando eu passo, fico me lembrando”. Contava com banheiros, refeitório e mesinhas com as cadeirinhas para as refeições. Havia uma razão para a alimentação não ser servida nas salas, “[...] porque elas tinham a preocupação de ensinar boas maneiras”, entre elas, comer com a boca fechada e não sujar a mesa. A professora Petrúcia (2019) relata ainda: “Eu me lembro de que as mesas não eram cobertas com toalha. Elas colocavam tipo joguinhos americano para cada qual ter seu cantinho para ver se sujou”; e continua: “Se você sujou, foi você, porque só dá para você. Não pode deixar derramar merenda, vamos comer direitinho, não precisa comer com pressa. Tinha de se cuidar”.

Com o fechamento da fábrica, o Jardim Infantil foi extinto e atualmente em seu prédio funciona o Colégio Santa Rita.

d) A educação da infância na Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas

A Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas foi o último complexo industrial têxtil estabelecido no Estado de Alagoas. Localizada no Distrito de Saúde, em Ipioca, litoral norte de Maceió, entrou em operação em 1924 e também constituiu uma vila operária, com igreja, posto médico, farmácia, grupo escolar e também creche e jardim de infância.

O conhecimento da história da educação da infância nessa fábrica têxtil foi possível graças a relatos de duas irmãs que foram funcionárias da fábrica: Albany Roberto da Silva, 61 anos, casada e cuidadora da creche; e Albenice Roberto da Silva, 62 anos, divorciada e operária da fábrica, ambas naturais de Saúde. Toda a família das entrevistadas trabalhou na fábrica, e suas crianças frequentaram a creche.

Infelizmente, não foi possível localizar nenhuma das professoras que atuaram no Jardim Infantil.

As duas irmãs começaram a trabalhar muito jovens na fábrica, mas relatam a resistência inicial por parte dos proprietários em admiti-las em razão de sua idade, 14 e 15 anos; é possível que essa postura seja em respeito às determinações legais vigentes na época. A Constituição federal de 1967 (BRASIL, 1969, p. 78), no artigo 158, era clara quanto à “[...] proibição de trabalho a menores de doze anos e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, em indústrias insalubres a estes e às mulheres”.



De acordo com as entrevistadas, havia uma classe de jardim de infância que ficava no Grupo Escolar Cônego Machado; e conforme o PPP cedido para esta pesquisa, o Grupo Escolar foi oficialmente inaugurado em 1925, porém, não há informação se o jardim de infância existiu desde o início. Os professores, diretores e toda a equipe docente foram contratados pela Prefeitura de Maceió com a autorização dos proprietários da fábrica.

As crianças que frequentavam a instituição, na maioria, eram filhas da classe operária. Com o fechamento da fábrica, os operários e operárias foram dispensados e despejados da casa onde moravam. As poucas crianças que restaram continuaram frequentando o Grupo Escolar, que passou a funcionar na casa de um morador até a construção de outra escola sob total responsabilidade do município de Maceió.

Não se sabe ao certo quando a creche foi criada, os relatos das entrevistas para esta pesquisa apontam que esse tipo de educandário já existia na década de 1970. Segundo as entrevistadas, não havia um nome específico para a creche, era conhecida como a Creche da Fábrica, destinada a filhos e filhas dos operários.

As crianças eram os filhos dos próprios operários [...], os pais que trabalhavam na fábrica. Então eles levavam as crianças pela manhã e pegavam à tarde. Eu cuidava, eu e outra senhora; dava banho, alimentava, dava remédio quando era para dar. Fazia a limpeza neles, encurtava as unhas. Cuidava como se fosse nosso próprio filho (Dona Albany, 2019).

A creche atendia bebês de 3 meses até 1 ano de idade, que ingressavam na creche depois de finalizado o período de licença-maternidade da mãe, com duração de 3 meses: “Quando terminavam os 3 meses, elas voltavam para o trabalho e colocavam as crianças na creche. Elas saíam com 1 ano de idade, porque tinha outras crianças na fila de espera. Elas não ficavam mais de 1 ano” (Dona Albenice, 2019).

A licença-maternidade, que surgiu no Brasil em 1943 com a CLT, tinha duração de 84 dias e deveria ser paga pelo empregador. Somente a partir da década de 1970 seus custos passaram a ser pagos pela Previdência Social.

Não havia critérios de seleção para que esses bebês pudessem ser atendidos na creche. Todas as operárias da fábrica tinham esse direito, “[...] a partir da hora que ela soubesse estar grávida, pronto, já estava reservado o lugar para essa entrar na creche”. Desde a gravidez, as operárias “[...] sabiam que já iam colocar na creche. Mas também tinha limite no número de berços, porque eram só dez berços, assim eram dez crianças para ficar o dia” (Dona Albany, 2019). Era um período curto, pois quando essas crianças completavam 1 ano precisavam sair da creche.



Cada um que arrumasse um tipo de babá, um parente, um cuidador, e colocasse à parte, particular. Por exemplo, minha sobrinha ficou lá e quando saiu teve que ficar com a avó. Minha filha também ficou. Eram 9 meses, não ficavam nem 1 ano direito, porque tinha as outras crianças (Dona Albenice, 2019).

As moças que trabalhavam na creche recebiam o nome de cuidadoras, eram duas ao todo, que trabalhavam oito horas por dia. Desse modo, elas passavam o dia todo com as crianças: “As mães faziam hora extra, aí ficavam. Eu também fazia minha hora extra e porque tinha de se adaptar à fábrica” (Dona Albany, 2019).

As cuidadoras não precisavam ter cursado o Magistério, bastava terem concluído o ensino fundamental: “Quem trabalhasse na fábrica podia trabalhar na creche, não precisava de estudo para ser cuidadora” (Dona Albany, 2019). Segundo Dona Albenice, para trabalhar na creche era preciso ter a indicação por parte do dono: “Ele dizia: ‘chame fulana’, e mandava ao chefe do setor onde a gente trabalhava”. Todas as despesas da creche eram custeadas pela fábrica. O atendimento de bebês em tempo integral não era somente de segunda a sexta-feira, acompanhava além disso o tempo de trabalho das mães, que também incluía o sábado.

O mesmo horário de entrada na fábrica tinha no berçário, às 6h tinha que estar no trabalho, porque o portão da fábrica fechava às 6 horas, e quem chegasse atrasada ia justificar com o dono da fábrica, se convencesse ele tudo bem, mas se não convencesse, ia para casa com o bebê. Porque tinha horário a obedecer (Dona Albenice, 2019).

Dona Albany recorda que a creche iniciava suas atividades às 6 horas e fechava pouco depois das 17 horas: “Tinha umas mães que largavam de 3 horas, que era o horário normal, a partir das 3 horas já era hora extra, aí a gente ficava até 5 horas ou 5 e pouco, porque, a partir daí, já era hora extra”. Nesse tempo, as crianças eram assistidas da seguinte forma: “Olhar, cuidar, dar o banho na hora certa, dar a comida na hora certa”.

Elas tomavam banho de manhã, depois a gente dava comida a eles, e quando eles estavam dormindo, a gente ia lavar as fraldas de tecido, que não eram descartáveis. A fábrica, como fabricava tecido, já tinha as fraldas de pano. Aí, quando as crianças estavam dormindo, eu ia lavar as fraldas, na mão, pois também, não tinha máquina. A senhora que estava lá lavava a roupa que era tudo igual, doada pela fábrica, tirava aquela roupinha com que eles vinham e vestia a roupa própria da creche, como se fosse uma fardinha. A gente trabalhava com tanto prazer, tanto amor, tudo cheiro-sinho, como se eu tivesse cuidando de um filho meu, um sobrinho (Dona Albany, 2019).

De acordo com Dona Albany, o lanche das crianças ficava a critério das mães: “Era a gente que levava, porque a fábrica já tinha médico, já tinha roupinha, já tinha o leite e quem cuidasse. Eu trabalhava na fábrica e quando eu ia para casa trazia o suquinho de laranja”. Mesmo assim, o dono da fábrica “[...] trazia leite de gado. Então, aquela criança que não se dava com o leite de gado, a mãe comprava o leite que ele se dava bem”.



Eles já chegavam alimentados, quando eram 9h dava o banho, depois a comida. E eles já iam cochilando. Eu deixava que eles primeiro arrotassem para não passar mal, depois, era a hora do silêncio. Quando um acordava eu colocava no meu colo e ia para a sala para não acordar os outros. Às vezes, não era os dez berços cheios, às vezes eram sete crianças, porque tinha mãe que tinha parente em casa e deixava a criança. Só aquelas que não tinham uma pessoa que cuidasse, levava para a creche (Dona Albany, 2019).

As entrevistadas não possuíam fotos da creche, mas ao verem a imagem da creche da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos de Rio Largo afirmaram imediatamente que a disposição dos berços e o uso de uma espécie de uniforme para os bebês eram similares ao que era proposto pela Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas.

Na creche, havia “[...] duas banheiras, o berçário, a cozinha, tinha a área de serviço lá atrás e os banheiros lá fora, as lavanderias ficavam lá fora, também” (Dona Albany, 2019). Segundo ela, no setor de saúde havia profissionais de enfermagem. Informa que o local contava com um posto e uma farmácia “[...] dentro da própria fábrica. As crianças quando adoeciam a mãe levava para lá”. Esse posto ficava ao lado do escritório da fábrica: “As mães levavam o remédio, escrevia tudo direitinho, o horário de dar o remédio; quando era pomada, explicavam, todo tipo de remédio ela explicava. Tinha tudo lá, farmácia, escola, tinha dentista, também” (Dona Albany, 2019).

Dona Albany não recorda se havia alguma abordagem educacional na época que norteava o trabalho desenvolvido na creche. Também não se lembra de momentos de planejamento ou de formação para as cuidadoras que atuavam com os bebês. Menciona que a relação das cuidadoras com os bebês e as famílias era muito boa: “As mães gostavam muito do meu trabalho. Em primeiro lugar, eu gostava de criança, e as mães sentiam confiança”.

A sensação no fim da entrevista é de saudosismo por parte das duas irmãs, e Dona Albany (2019) recorda emocionada:

Vou dizer uma coisa: eu e minha irmã fomos muito privilegiadas porque eles colocaram a gente. O Dr. Alberto dizia: “A senhora vai trabalhar perto de mim”, e eu dizia, não sei. Às vezes, eu tinha algum problema, ele vinha e me ensinava. Também, porque nosso pai trabalhou lá, era muito trabalhador, não faltava, fazia hora extra. A gente era presente, não faltava. Meu marido trabalhou lá, os pais do meu marido também trabalharam lá. Acho que a gente foi privilegiada lá, e ele colocou a gente num local bom.

Com o fechamento da Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, a creche também foi desativada. O Grupo Escolar Cônego Machado, que ofertava o Jardim Infantil, posteriormente passou a ser chamado de Escola Municipal Professora Neide de Freitas França, sob a responsabilidade da Prefeitura de Maceió. O nome foi dado em homenagem a uma das professoras da instituição, que também atuou como diretora e faleceu em um acidente automobilístico. A instituição ainda existe e está localizada em Saúde.



Considerações finais

O universo fabril-têxtil alagoano foi estabelecido entre meados do século 19 e 20, acompanhando o desenvolvimento das vilas operárias, um movimento que se verificou na Europa e no Brasil. Nesse sentido, as instituições voltadas à educação da infância presentes nas fábricas têxteis devem ser compreendidas no contexto dos componentes oferecidos aos operários residentes nas vilas operárias. Afinal,

Esses territórios fabris com suas fábricas e vilas operárias não são meros espaços descritivos, mas indicativo de um tempo cujo conteúdo é emissor de significados e experiências históricas, ampliando a percepção de suas geografias e histórias (TAVARES, 2019).

São também empreendimentos que se encadeiam com processos de civilização, progresso e modernização do estado e do país, dentre os quais se situam as primeiras creches e jardins de infância (KUHLMAN JR., 2015).

Das 13 fábricas têxteis identificadas na pesquisa, foram descobertas evidências de oferta de atendimento em apenas quatro, mas isso não significa que a educação da infância não estava sendo oferecida nas demais. Mesmo com os testemunhos das entrevistas, a memória mais longínqua se situa nos anos 1970 e não foram localizados documentos que atestam o ano de instalação dessas instituições. Os dados mais preciosos podem ser vistos no documentário de Gericke (1940) sobre a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, em que é possível constatar que creche e jardim de infância na década de 1940 eram lugares bastante distintos, diferenciando-se por idade, ambientação, profissionais responsáveis e finalidade. O documentário anuncia que as crianças eram cuidadas por enfermeiras “diplomadas”, e cerca de cem bebês poderiam frequentar esse espaço. Embora a entrevistada mencione a passagem de idade da creche para o jardim de infância, o filme passa a impressão de haver um hiato entre o segundo ano de vida e a entrada no jardim de infância, supostamente aos 3 ou 4 anos. No caso da Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, segundo as entrevistadas a permanência dos bebês era ainda mais breve, pois ficavam na creche apenas até 1 ano de idade. As responsáveis não eram enfermeiras, mas mulheres jovens, entre 14 e 15 anos, em fase escolar. Quanto à disposição dos espaços e à organização, um fato comum nas duas creches, ainda conforme as entrevistadas, é que as crianças ficavam em berços pareados, que ocupavam uma mesma sala, e usavam fraldas e aventais brancos, produzidos pelas próprias fábricas.



As quatro fábricas ofertaram jardins de infância. Os mais antigos são o jardim de infância da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos de Rio Largo e o Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, em Maceió, com indicativos de terem sido fundados na década de 1940. Em seguida, vem o da Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil em Delmiro Gouveia, provavelmente criado na década de 1960; por último, com data de fundação indefinida, o jardim de infância pertencente à Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas.

A faixa etária das crianças atendidas nesses jardins de infância variava conforme a finalidade dessas instituições. Todavia, a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos de Alagoas apresentavam uma peculiaridade nesse quesito, pois agrupava crianças de idades heterogêneas na mesma sala, enquanto nas demais fábricas, de acordo com as entrevistadas, havia separação de turmas por faixa etária, provavelmente seguindo a divisão etária proposta no “Almanaque de Ensino” de 1938. Na Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, a educação das crianças era ofertada em uma turma de jardim de infância anexa ao Grupo Escolar Cônego Machado, construído pela fábrica em um terreno cedido para a Prefeitura de Maceió, que disponibilizava funcionários vinculados à rede municipal. Por outro lado, o jardim de infância da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos era de total responsabilidade dessa fábrica.

O Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, por sua vez, era uma instituição voltada somente para o ensino pré-primário. Crianças de 4 e 6 anos eram agrupadas em salas separadas por idade denominadas, de acordo com a entrevistada, 1.º e 2.º períodos pela manhã e classe de alfabetização à tarde. No caso da Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil, as crianças de 4 a 6 anos eram agrupadas em duas turmas por turno, manhã e tarde. Não há informação se eram separadas por idade. É possível que o jardim de infância tenha sido criado antes da escola que tomou o nome de Natércia Serpa de Menezes, que contemplava turmas de ensino pré-primário e primário.

Os jardins de infância ofertados pelas quatro fábricas evidenciam uma tentativa de experimentação de rotinas de trabalho presentes nas propostas pedagógicas que prevaleceram no país naquela época, como atividades mimeografadas, datas comemorativas, brincadeiras, práticas de alfabetização (com cartilhas, por exemplo) e trabalhos com materiais estruturados e não estruturados, tais como sucatas para brinquedos. Outro aspecto que chama a atenção é a variação na nomenclatura utilizada para as responsáveis pelas crianças, tais como jardineira, cuidadora, recreadora, professora (sem formação).



Seja como for, as informações apresentadas referentes às instituições vinculadas às fábricas de tecido carecem de uma pesquisa documental mais aprofundada, incluindo outras fontes, tais como arquivos das respectivas fábricas. Contudo, esta pesquisa abre o campo e lança pistas para inúmeras novas possibilidades de investigação da história da educação da infância no Estado de Alagoas, aprofundando aspectos que não foram aqui contemplados.

A estratégia metodológica – pautada na história oral, que compreendeu a divulgação da pesquisa, a realização das entrevistas com figuras históricas que atuaram nas instituições em questão e o levantamento técnico e documental dessas instituições – foi capaz de captar a memória das pessoas. Embora a história oral possua limites que precisam ser completados por meio de documentos, foi graças a ela que as pessoas envolvidas na pesquisa tiveram voz e possibilitaram essa pesquisa.

Referências

ALAGOAS. **Almanaque do ensino**: Estado de Alagoas ano 1938. Maceió: Off Graph da Casa Ramalho, 1937. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/356280/per356280_1937_00001.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. [Constituição (1937)]. Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizada por Aliomar Baleeiro Barbosa Lima Sobrinho. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições brasileiras. v. 5).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943.

BRASIL. Lei n.º 4.440, de 27 de outubro de 1964. Institui o salário-educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 9.761, 29 out. 1964.

BRASIL. Resolução CEB n.º 1 de 7 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 18, 13 abr. 1999.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação histórica de Alagoas**. 6. ed. Maceió: Edufal, 2021.



COELHO, Tiago da Silva; ESPÍNDOLA, Isadora Farias. A trajetória do documentarista William Gericke: o audiovisual entre 'ontem' e 'hoje'. **Sillogés**, v. 3., n. 2, p. 551-573, jul./dez. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

GERICKE, William. **Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos**. Meridional Filmes, [década de 1940?]. vídeo (10min30), son., p&b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BmWHrlsb5M4&t=42s>. Acesso em: 16 abr. 2023.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. *In*: ALBERTI, Verena *et al.* **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro. Fiocruz, FGV, 2000. p. 31- 45.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

KUHLMANN JR., Moysés. A educação infantil no século XX. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. v. 2. p. 182-194.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral: caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**, v. 25-26, p. 55-67, 1993.

MOREIRA, Marcos (org.). **Japiassu: o maestro dos teares**. Rio de Janeiro: Publit, 2018. (Série Mestres Musicais de Alagoas, v. 1).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAIVA FILHO, Arnaldo Pinto Guedes de. **Rio Largo: cidade operária**. Maceió: Senai, 2013.

ROCHA, Jesiael. **Conheça as ruínas da fábrica de tecidos de Saúde**. 2019. Vídeo (3min41), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ktygYXf_VBc. Acesso em: 16 abr. 2020.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TICIANELI, Edberto. Fernão Velho dos pescadores e da fábrica de tecidos. História de Alagoas, 3 nov. 2016a. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/fernao-velhos-pescadores-e-da-fabrica-de-tecidos.html>. Acesso em: 19 mar. 2023.



TAVARES, **Marcelo Góes**. Territórios fabris no ramo têxtil em Alagoas e fisiografias urbanas em Maceió (1857-1943): histórias e representações. *Confins* [on-line], n. 40, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/20309>. Acesso em: 10 jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.20309>.

VINUTO, Juliana. Amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, n. 44, p. 201-218, ago./dez. 2014.

Recebido em: 14/07/2023

Aceito em: 26/10/2023